Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A.

31 de março de 2021 com relatório do auditor independente

Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de março de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Balanços patrimoniais	
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	g
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidados

Aos Acionistas e Administradores da Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de março de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de setembro de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Uilian Dias Castro de Oliveira Contador CRC-1SP223185/O-3

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$

	Nota	31.03.2021	Controladora 31.03.2020 (não auditado)	31.03.2021	Consolidado 31.03.2020 (não auditado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	347.301	363.576	388.657	385.820
Contas a receber de clientes	4	7.709	17.576	14.623	24.652
Estoques	5	4.754	-	4.754	-
Partes relacionadas	6.1	7.475	17.008	827	5.753
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar		2.327	-	2.327	-
Dividendos a receber	7	230	-	-	-
Outros créditos		3.221	991	3.264	1.041
Total do ativo circulante		373.017	399.151	414.452	417.266
Não circulante					
Contas a receber de clientes	4	533	790	875	1.350
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	14.2	8.802	642	8.802	642
Outros créditos		337	13	337	24
Investimentos	7	51.099	26.218	-	-
Direito de uso	8.1	47.147	1.047	47.727	1.694
Imobilizado	9	47.899	1.611	48.027	1.753
Intangível	10	11.045	11.152	11.045	11.152
Total do ativo não circulante		166.862	41.473	116.813	16.615
Total do ativo		539.879	440.624	531.265	433.881

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$

			Controladora		Consolidado
			31.03.2020		31.03.2020
	Nota	31.03.2021	(não auditado)	31.03.2021	(não auditado)
Passivo	<u> </u>				
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar	11	28.357	4.610	28.473	4.555
Passivo de arrendamento	8.2	4.268	432	4.709	698
Adiantamentos para abertura de lojas	12	2.279	989	4.838	5.252
Partes relacionadas	6.1	20.098	21.194	991	5.222
Ordenados e salários a pagar	13	13.487	7.547	14.198	8.721
Dividendos a pagar	17.3	7.623	9.697	7.640	9.697
Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar		-	173	1.599	1.181
Tributos a pagar	15	1.933	3.843	3.002	4.033
Outras obrigações		6.106	604	6.106	725
Total do passivo circulante		84.151	49.089	71.556	40.084
Não circulante					
Passivo de arrendamento	8.2	45.394	670	45.724	1.084
Outras obrigações		1.694	347	1.694	347
Total do passivo não circulante		47.088	1.017	47.418	1.431
Total do passivo		131.239	50.106	118.974	41.515
Patrimônio líquido	17				
Atribuído aos acionistas controladores					
Capital social		351.406	351.406	351.406	351.406
Reservas de lucros		57.234	39.112	57.234	39.112
Participação dos acionistas controladores		408.640	390.518	408.640	390.518
Participação dos acionistas não controladores				3.651	1.848
Total do patrimônio líquido		408.640	390.518	412.291	392.366
Total do passivo e patrimônio líquido		539.879	440.624	531.265	433.881

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$

	_		Controladora		Consolidado
	Nota	2021	2020 (não auditado)	2021	2020 (não auditado)
Receita operacional líquida	18	81.838	106.866	147.689	160.540
Custos das mercadorias vendidas	19	(27.420)	(24.350)	(42.480)	(33.919)
Lucro bruto	-	54.418	82.516	105.209	126.621
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	19	(4.920)	(13.239)	(8.560)	(13.193)
Gerais e administrativas	19	(70.159)	(18.388)	(85.455)	(28.565)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(615)	1.254	(498)	2.123
Resultado da equivalência patrimonial	7	25.111	28.745		
	<u>-</u>	(50.583)	(1.628)	(94.513)	(39.635)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social		3.835	80.888	10.696	86.986
•	<u>-</u>				
Resultado financeiro	20				()
Despesas financeiras		(1.818)	(355)	(1.855)	(370)
Receitas financeiras		9.298	7.240	10.318	8.928
Variação cambial, líquida	-	(130)	(20)	(130)	(20)
	_	7.350	6.865	8.333	8.538
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	<u>-</u>	11.185	87.753	19.029	95.524
Imposto sobre a renda e contribuição social	14.1				
Corrente		(3.297)	(19.434)	(9.321)	(25.105)
Diferido	=	8.160	(560)	8.160	(560)
	-	4.863	(19.994)	(1.161)	(25.665)
Lucro líquido do exercício	=	16.048	67.759	17.868	69.859
April - Control					
Atribuível a: Acionistas controladores		16.048	67.759	16.048	67.759
Acionistas controladores Acionistas não controladores		10.048	07.739		
Acionistas não controladores	-			1.820	2.100
	_	16.048	67.759	17.868	69.859
Lucro líquido por ação					
(básico e diluído para ordinárias) (Nota 17.4.(iii))			<u>-</u>	0,45	2,19

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$

	Controladora			Consolidado	
	2021	2020 (não auditado)	2021	2020 (não auditado)	
Lucro líquido do exercício	16.048	67.759	17.868	69.859	
Resultado abrangente do exercício					
Total do resultado abrangente do exercício	16.048	67.759	17.868	69.859	
Atribuível a: Acionistas controladores da Companhia Acionistas não controladores da Companhia	16.048	67.759	16.048 1.820	67.759 2.100	
	16.048	67.759	17.868	69.859	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findo em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$

	Atribuível aos acionistas controladores						
	Capital social	Res	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de abril de 2019 (não auditado)	27.478	3.537	20.554	<u> </u>	51.569	1.724	53.293
Resultado abrangente do exercício Lucro líquido do exercício (não auditado)				67.759	67.759	2.100	69.859
Total resultado abrangente do exercício			<u> </u>	67.759	67.759	2.100	69.859
Contribuições dos acionistas, líquidas Aumento de capital (Nota 17) Dividendos (Nota 17) Constituição de reservas	323.928	3.388	(20.552) 32.185	(32.186) (35.573)	323.928 (52.738)	(1.976)	323.928 (54.714)
Total das contribuições dos acionistas, líquidas	323.928	3.388	11.633	(67.759)	271.190	(1.976)	269.214
Em 31 de março de 2020 (não auditado)	351.406	6.925	32.187	<u> </u>	390.518	1.848	392.366
Resultado abrangente do exercício Lucro líquido do exercício		<u>-</u>		16.048	16.048	1.820	17.868
Total resultado abrangente do exercício				16.048	16.048	1.820	17.868
Contribuições dos acionistas, líquidas Dividendos (Nota 17) Constituição de reservas	<u>-</u>	802	9.697 7.623	(7.623) (8.425)	2.074	(17)	2.057
Total das contribuições dos acionistas, líquidas		802	17.320	(16.048)	2.074	(17)	2.057
Em 31 de março de 2021	351.406	7.727	49.507	<u> </u>	408.640	3.651	412.291

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$

		Controladora		Consolidado
		2020		2020
	2021	(não auditado)	2021	(não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto sobre a renda e contribuição social	11.185	87.753	19.029	95.524
Ajustes de:				
Depreciação e amortização (Nota 19)	4.562	1.703	4.842	1.910
Equivalência patrimonial (Nota 7)	(25.111)	(28.745)	-	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	509	(1.269)	17	(2.768)
Ganho (perda) apurado nas vendas de ativo imobilizado	44	694	44	800
Amortização de receitas antecipadas	-	(6.528)	-	(6.682)
Outros	(30)	1.575	(293)	1.384
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes e adiantamentos de clientes	11.132	11.997	12.151	14.062
Estoques	(4.754)	-	(4.754)	-
Partes relacionadas	8.436	(23.216)	691	2.327
Tributos a recuperar e a pagar	(4.763)	710	(3.985)	(429)
Fornecedores e contas a pagar	(5.588)	(1.163)	(5.417)	(1.224)
Ordenados e salários a pagar	5.940	3.086	5.476	3.452
Outros ativos e passivos, líquidos	6.507	(4.936)	4.863	(6.825)
Pagamento de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(3.995)	(19.203)	(9.327)	(26.250)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.074	22.458	23.337	75.281
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado e intangível	(18.990)	(870)	(18.990)	(870)
Caixa recebido na alienação de ativo imobilizado	24	143	24	143
Dividendos recebidos de controladas (Nota 7)		27.144		-
,				
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(18.966)	26.417	(18.966)	(727)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital (Nota 17)	-	323.928	-	323.928
Pagamento de dividendos (Nota 17)	-	(43.041)	-	(45.017)
Pagamento de passivo de arrendamento (Nota 8.2)	(1.383)	(181)	(1.534)	(347)
Gestão de recursos financeiros intragrupo, líquidos		33.580	<u> </u>	32.037
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	(1.383)	314.286	(1.534)	310.601
Acréscimo (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa	(16.275)	363.161	2.837	385.155
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	363.576	415	385.820	665
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	347.301	363.576	388.657	385.820

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A. ("Companhia", "Rede" ou "Grupo Nós") é uma Companhia de capital fechado e tem sua sede na Rua do Rócio, nº 351, conjuntos 12, 61, 62, 91 e 92, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo (SP), Brasil. A Companhia, a partir de 1º de novembro de 2019, é controlada em conjunto pela Raízen S.A. ("Raízen"), anteriormente denominada Raízen Combustíveis S.A., e FEMCO Brasil Participações Ltda. ("FEMCO"), na proporção 50/50 do capital social.

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 31 de outubro de 2019, foi aprovada a alteração da denominação social de Raízen Conveniências S.A. ("Raízen Conveniências") para Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A..

O Grupo Nós tem como atividades preponderantes: (i) a compra e venda de produtos e mercadorias para comercialização em lojas de conveniência e de proximidade, (ii) a administração de cartões de créditos, (iii) a preparação e comercialização de refeições rápidas (fast food), (iv) o estabelecimento e a operação de lojas de conveniência e de proximidade, próprias ou através de rede de franqueados, (v) o fornecimento de serviços auxiliares à comercialização feita pela Companhia, (vi) a prestação de serviços de revelação de filmes, impressões, fotocópias e papéis laminados, (vii) importação e exportação dos produtos e serviços acima mencionados, (viii) participação societária em outras sociedades e (ix) depósito de mercadorias para terceiros.

Associação entre Raízen e FEMCO para formação do Grupo Nós

Em 6 de agosto de 2019, a Raízen e sua ex-controlada Raízen Conveniências, atualmente denominada Rede, celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e Investimento com a FEMCO, o qual estabeleceu os termos e as condições para a constituição da *joint venture* no Brasil, que possui estrutura profissional e de governança corporativa própria.

Mediante o fechamento da transação, ocorrida em 1º de novembro de 2019, a FEMCO se tornou a titular de 50% do capital social da Companhia, por meio (i) da subscrição de 8.198.159 novas ações ordinárias, correspondente a uma participação de 22,98%, realizadas em 31 de outubro de 2019 (Nota 17.1), e (ii) da compra de 9.639.719 ações ordinárias, correspondente a uma participação de 27,02%, existentes e anteriormente detidas pela Raízen, no capital social da Companhia. Dessa forma, instituiuse, a partir desta data, a formação do Grupo Nós.

O objetivo do Grupo Nós é expandir o negócio de lojas próprias e franquia de lojas de conveniência em postos de combustíveis sob a marca "Shell Select" e desenvolver o negócio de lojas de proximidade fora de postos de combustíveis sob a marca "OXXO", cuja parceria representa um passo importante para a expansão no mercado de conveniência e proximidade no Brasil, garantindo ainda mais eficiência nos investimentos das controladoras em conjunto nas suas operações, além de oferecer uma melhor proposta de valor para os franqueados.

1.1. Covid-19

Em 2020, vários países instituíram medidas de isolamento social para combater a pandemia da Covid-19. O Grupo Nós implementou um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de seus funcionários, e ressalta que tem acompanhado de perto a evolução dos efeitos causados pelo surto nas operações e na posição patrimonial da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

O governo brasileiro vem tomando ações para a contenção da propagação do vírus desde a segunda quinzena de março de 2020. O isolamento social recomendado, o fechamento compulsório de lojas ou restrição de horário de funcionamento, teve como consequente a redução do consumo em lojas físicas, o qual aconteceu de forma mais abrangente a partir de abril de 2020.

Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes e os principais efeitos da pandemia da Covid-19 em nossos resultados operacionais estão demonstrados a seguir:

(i) Premissa da continuidade operacional

As demonstrações financeiras da Companhia foram confeccionadas e estão sendo divulgadas considerando a premissa de continuidade operacional de seus negócios relevantes.

(ii) Liquidez

A Companhia mantém um monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa.

A Companhia encerrou o exercício social findo em 31 de março de 2021 com um caixa consolidado de R\$ 388.657. O capital de giro consolidado (ativo circulante menos passivo circulante) encerrou esse mesmo exercício social com um saldo positivo de R\$ 338.946 e um lucro líquido consolidado de R\$ 17.100.

Quanto aos recebíveis foram avaliadas todas as medidas para potenciais riscos de não serem quitados. O montante consolidado de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 4.242 em 31 de março de 2021.

(iii) Arrendamentos

Não houve alterações nos montantes anteriormente registrados como ativo de direito de uso ou passivo de arrendamento como consequência de modificação contratual atrelada a Covid-19.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de setembro de 2021.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável, pela valorização de determinados ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é também a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia e suas controladas.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidados estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota 7 – Consolidação: determinação se a Companhia detém de fato o controle sobre uma investida;

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4 Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada;
- Nota 5 Reconhecimento e mensuração das provisões de estoques: principais premissas na determinação da realização e das perdas dos estoques;
- Nota 14.2 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 9 Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, que atuam no negócio de lojas de conveniências e proximidade, nos exercícios findos em 31 de março de 2021 e 2020, conforme a seguir:

	2021	2020
Raízen Sabbá Conveniências S.A. ("Conveniências Sabbá")	95,77%	95,77%
Raízen Mime Conveniências Ltda. ("Conveniências Mime")	90,96%	90,96%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data da aquisição do controle e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As informações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Controladora.

Na consolidação foram eliminados os saldos a receber e a pagar, as receitas, as despesas e os lucros não realizados decorrentes de transações entre essas empresas, quando aplicável.

2.3 Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços de gerenciamento e assessoria a franqueados somente é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços e quando os benefícios forem transferidos aos franqueados, mediante aplicação de percentuais sobre as vendas mensais.

As naturezas das receitas operacionais geradas pelo Grupo Nós e seu modelo de reconhecimento são:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Taxas de franquia

A receita de taxa de franquia é reconhecida na disponibilização ao franqueado da licença de exploração do sistema de franquia.

Taxas de royalties

As taxas de *royalties* são reconhecidas mensalmente com base nos contratos de prestação de serviços firmados com os franqueados, mediante aplicação de percentuais sobre as vendas mensais.

Merchandising e fundo de marketing

A receita de *merchandising* referem-se as receitas de aluguéis e espaços para *merchandising*, auferidos mensalmente, conforme disponibilização do bem.

A Companhia reconhece como receita operacional bruta os recursos provenientes dos contratos com seus franqueados a título de fundo de *marketing*, cujo percentual é estabelecido sobre o faturamento bruto das lojas ativas. Referidos recursos são destinados em iniciativas de *marketing*, publicidade e promoções da marca.

Venda de produto

As receitas decorrentes de vendas em lojas são reconhecidas no momento do pagamento da compra pelo cliente, quando a mercadoria está entregue.

A receita é apresentada líquida dos impostos (Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços ("ICMS"), Programa de Integridade Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Serviços ("ISS")), dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo, no caso das demonstrações financeiras consolidadas.

2.3.2 Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) ao valor justo por meio do resultado.

A reclassificação entre as classes acontece quando ocorrem mudança no modelo de negócios da gestão dos ativos e passivos financeiros. Neste caso todos os instrumentos correlatos à mudança são reclassificados no momento da alteração.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: (i) objetivo seja de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: (i) objetivo seja tanto de recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo, quando houver, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o prépagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (impairment)

A Companhia aplica o modelo de perda de crédito esperada aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais.

A matriz de perda esperada adotada pela Companhia considera o agrupamento dos clientes com características de inadimplência similares, por canal de venda e *rating* (classificação de risco do cliente, mensurada internamente).

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito consolidado nas contas a receber, utilizando-se a matriz de provisão:

	Taxa de perda de crédito esperada
A vencer Vencidas: Até 30 dias De 31 a 90 dias De 91 a 180 dias Acima de 180 dias	58% 15% 26% 55%

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, compreendendo, no caso da Companhia, saldos a pagar a fornecedores e partes relacionadas.

Os pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos, quando houver, são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Compensação de instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos, e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e, (ii) a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.3 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, à medida que tais custos são necessários para trazer os estoques à sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, quando necessário, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto a sua adequação.

2.3.4 Investimento em controladas

Os investimentos nas entidades sobre as quais a Companhia exerce influência significativa ou controle são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição da participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Os dividendos e/ou juros sobre capital próprio quando recebidos dos investimentos em controladas são classificados como fluxo de caixa das atividades de investimento.

2.3.5 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações, quando houver, são determinados pela comparação dos valores de venda com o valor contábil e são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica Outras receitas operacionais, líquidas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo Nós.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Em 31 de março de 2021 e 2020, as taxas médias ponderadas anuais de depreciação são como segue:

		2020
Classe de ativo imobilizado	2021	(não auditado)
Edifícios e benfeitorias	10%	10%
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	10%
Móveis e utensílios e equipamentos de informática	11%	11%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social.

2.3.6 Intangível – Licenças de software

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pela Companhia. Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares*, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Em 31 de março 2021 e 2020, as taxas médias ponderadas anuais de amortização das licenças de *software* é de 20%.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social.

2.3.7 Arrendamentos

A partir de 1º de abril de 2019, entrou em vigência a norma IFRS 16 / CPC 06 (R2). Dessa forma, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental sobre empréstimos da Companhia, que compreende uma taxa nominal fixa equivalente a aproximadamente 100% do CDI ("Certificado de depósito interbancário") para os arrendamentos reconhecidos.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado, se aplicável.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2021, a taxa de descontos aplicadas foram de 8,82% ao ano (5,33% ao ano em 2020, não auditado).

Os pagamentos de juros de passivo de arrendamento são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

2.3.8 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Quando necessário, o valor em uso é comumente apurado com base no fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrentes do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicadores de perda de valor, os ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes, são testados quanto à recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável, a perda é reconhecida como despesa operacional na demonstração do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.3.10 Benefícios a empregados

A Companhia possui um plano de previdência complementar composto por um plano de contribuição definida e parcela de benefício definido, destinado a todos os empregados.

Para a contribuição definida a despesa é reconhecida no resultado quando ocorrida e para o benefício definido, a Companhia reconhece um passivo com base em metodologia que considera uma série de fatores que são determinados por cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas para determinação do custo ou (receita) para o plano de pensão.

Os ganhos e perdas decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

2.3.11 Imposto sobre a renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do Grupo Nós foram constituídos com base nos saldos de tributos apurados pelas controladas da Companhia de acordo com o regime tributário aplicável a cada empresa como segue:

(i) Lucro real

As receitas (despesas) de imposto sobre a renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto sobre a renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, com acréscimo de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Ou seja, de forma composta, a Companhia está sujeita a uma alíquota teórica de impostos sobre renda equivalente a 34%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos relativos a prejuízos fiscais, bases negativa da contribuição social e diferenças temporárias são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em países diferentes, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. Os tributos diferidos são calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente.

As antecipações ou valores correntes passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

(ii) Lucro presumido

As controladas utilizam o método do lucro presumido para fins de apuração do IRPJ e CSLL, com base em percentual de presunção de receita, cujas alíquotas efetivas para cálculo destes tributos são como segue:

	<u>IRPJ</u>	CSLL
Royalties	8,00%	2,88%
Merchandising	8,00%	2,88%
Outros	25,00%	9,00%

2.3.12 Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Os gastos incrementais atribuíveis diretamente à emissão de ações, quando ocorridos, são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos no Estatuto social da Companhia e nas leis vigentes. Quando paga, a remuneração aos acionistas é classificada como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

2.4. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios;
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 Instrumentos Financeiros; e,
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

2.5. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC40 Instrumentos Financeiros, IFRS 4 Contratos de Seguro e IFRS 16 Arrendamentos: as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2021. Os contratos da Companhia vinculados a Euro Interbank Offered Rate ("EURIBOR") e London Interbank Offered Rate ("LIBOR") estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.
- Alteração ao IAS 16/CPC 27 Ativo Imobilizado: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2022.
- Alteração ao IAS 37/CPC 25 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2022.
- Alteração ao IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1° de janeiro de 2022, no caso da Companhia, a partir de 1° de abril de 2022.
- **Aprimoramentos anuais ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2022:
- (i) IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16/ CPC 06 (R2) Arrendamentos: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(iii) IFRS 1/CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não há outras normas IFRS/CPC ou interpretações IFRIC/ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia

3. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
		2020		2020
	2021	(não auditado)	2021	(não auditado)
Recursos em banco e em caixa Aplicações financeiras:	594	1.584	913	2.599
Certificados de Depósito Bancário – CDB	346.707	361.992	387.744	383.221
	347.301	363.576	388.657	385.820

As aplicações financeiras são substancialmente aplicações em fundos de renda fixa, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa por serem de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, além de utilizados na gestão de caixa da Companhia e de suas controladas.

As aplicações são remuneradas a taxas médias ponderadas equivalentes a 104,33% do CDI (100,58% em 2020, não auditado).

4. Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado
		2020		2020
	2021	(não auditado)	2021	(não auditado)
Clientes	8.599	19.267	17.822	28.392
Outras contas a receber (i)	1.329	1.347	1.918	2.881
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.686)	(2.248)	(4.242)	(5.271)
	8.242	18.366	15.498	26.002
Circulante	(7.709)	(17.576)	(14.623)	(24.652)
Não circulante	533	790	875	1.350

(i) Outras contas a receber a clientes referem-se, substancialmente, a parcelamentos de débitos vencidos.

A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

A análise do vencimento das contas a receber de clientes é como segue:

		Controladora		Consolidado
		2020		2020
	2021	(não auditado)	2021	(não auditado)
A vencer	6.713	15.486	10.667	19.553
Vencidas: Até 30 dias	422	1.511	956	2.401
De 31 a 90 dias	400	787	1.243	1.734
De 91 a 180 dias	319	524	993	1.088
Acima de 180 dias	2.074	2.306	5.881	6.497
	9.928	20.614	19.740	31.273

Para os títulos vencidos a longa data e sem provisão para perdas de crédito esperadas, a Companhia possui garantias reais, como por exemplo, hipotecas e cartas de créditos.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, a avaliação dos assessores jurídicos.

A provisão para perdas de crédito esperadas é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de março de 2019 (não auditado)	(2.363)	(5.158)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito esperadas, líquida	115	(113)
Em 31 de março de 2020 (não auditado)	(2.248)	(5.271)
Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas, líquida	562	1.029
Em 31 de março de 2021	(1.686)	(4.242)

5. Estoques

	Controlador	Controladora e Consolidado		
		2020		
	2021	(não auditado)		
Mercadorias:				
Nas lojas	1.281	-		
Em centro de distribuição	3.448	-		
Outros	25			
	4.754			

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

6. Partes relacionadas

6.1. Resumo dos saldos com partes relacionadas

		Controladora		Consolidado
·		2020		2020
-	2021	(não auditado)	2021	(não auditado)
Ativo circulante				
Operações comerciais e administrativas (1)				
Raízen Sabbá Conveniências Ltda.	4.707	6.810	-	-
Raízen Mime Conveniências Ltda.	2.164	5.676	-	-
Raízen S.A (anteriormente denominada Raízen Combustíveis S.A.)	502	4.522	515	5.061
Outros	102	<u> </u>	312	692
-	7.475	17.008	827	5.753
_		Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021	2020
	2021	(não auditado)	2021	(não auditado)
Passivo circulante				
Operações comerciais e administrativas (1)				
Raízen Sabbá Conveniências Ltda.	9.621	8.905	-	-
Raízen Mime Conveniências Ltda.	9.486	8.943	-	-
Raízen S.A (anteriormente denominada Raízen Combustíveis S.A.)	245	2.426	245	3.051
Raízen Mime Combustíveis S.A.	-	-	_	1.251
Raízen Energia S.A	746	920	746	920
_	20.098	21.194	991	5.222

(1) Operações comerciais e administrativas

Em 31 de março de 2021 e 2020, os montantes registrados no ativo e passivo referem-se a notas de débito de reembolso de despesas compartilhadas e repasses em geral no curso ordinário dos negócios do Grupo Nós. Os saldos em aberto com estas partes relacionadas são liquidadas dentro do exercício social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

6.2. Transações com partes relacionadas

<u>-</u>		Controladora		Consolidado
	2021	2020 (não auditado)	2021	2020 (não auditado)
Receitas de serviços				
Raízen S.A (anteriormente denominada Raízen Combustíveis S.A.)	355	700	355	700
Raízen Mime Conveniências Ltda.	233	700 242	333	700
Raízen Sabbá Conveniências Ltda.	233 277	298	-	_
Grupo Agricopel			1.170	2.777
<u>-</u>	865	1.240	1.525	3.477
Despesas de serviços e outros				
Raízen Sabbá Conveniências Ltda.	(12.694)	-	-	-
Raízen Mime Conveniências Ltda.	(11.539)	-	-	-
Raízen Energia S.A.	(5.546)	(2.582)	(5.546)	(2.582)
Raízen S.A (anteriormente denominada Raízen Combustíveis S.A.)	-	(13)	-	(27)
<u>-</u>	(29.779)	(2.595)	(5.546)	(2.609)
Receitas financeiras				
Raízen Energia S.A. (1)	-	566	-	1.247
Outros			6	8
_		566	6	1.255

⁽¹⁾ Em 1º de dezembro de 2020, através do Décimo Termo Aditivo ao Contrato Acessório de Gestão de Recursos Financeiros, a Companhia e suas controladas distrataram a relação financeira que atribuía à Raízen Energia S.A., mediante remuneração, a responsabilidade e a obrigação de administrar e gerir os recursos financeiros de sua titularidade.

6.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da administração é composta por benefícios de curto prazo, como salários, remunerações variáveis e encargos. Em 31 de março de 2021, o montante foi de R\$ 5.521 (R\$ 3.118 em 2020, não auditado).

7. Investimentos

	Investimento				Equivaler	icia Patrimonial
		Percentual de		2020		2020
	País	participação	2021	(não auditado)	2021	(não auditado)
Valor contábil				_		
Raízen Sabbá Conveniências Ltda.	Brasil	95,77%	25.835	13.710	12.236	13.705
Raízen Mime Conveniências Ltda.	Brasil	90,96%	25.264	12.508	12.875	15.040
Total dos investimentos		=	51.099	26.218	25.111	28.745

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Durante o exercício findo em 31 de março de 2021 e 2020, a movimentação dos investimentos foi como segue:

	Sabbá Conveniências	Mime Conveniências	Total
Saldo em 31 de março de 2019 (não auditado)	13.078	11.539	24.617
Equivalência patrimonial Dividendos	13.705 (13.073)	15.040 (14.071)	28.745 (27.144)
Saldo em 31 de março de 2020 (não auditado)	13.710	12.508	26.218
Equivalência patrimonial Dividendos	12.236 (111)	12.875 (119)	25.111 (230)
Saldo em 31 de março de 2021	25.835	25.264	51.099

Informações das controladas

As informações financeiras resumidas relativas a cada uma das controladas nas quais a Companhia possui participações estão apresentadas a seguir:

(a) Em 31 de março de 2021

	Participação (%)	Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Controladas diretas					
Raízen Sabbá Conveniências Ltda.	95,77%	35.169	8.193	26.976	12.776
Raízen Mime Conveniências Ltda.	90,96%	33.589	5.814	27.775	14.155
Total		68.758	14.007	54.751	26.931

(b) Em 31 de março de 2020 (não auditado)

	Participação (%)	Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício
Controladas diretas			_		
Raízen Sabbá Conveniências Ltda. Raízen Mime Conveniências Ltda.	95,77% 90,96%	26.109 23.697	11.793 9.946	14.316 13.751	14.310 16.535
Total	_	49.806	21.739	28.067	30.845

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

8. Arrendamentos

8.1. Direito de uso

			Controladora
	Imóveis	Veículos	Total
Custo:			
Em 31 de março de 2019 (não auditado)	-	-	-
Adoção inicial da IFRS 16 (CPC 06 (R2))	-	387	387
Em 1° de abril de 2019	<u> </u>	387	387
Adições		1.114	1.114
Baixas Remensurações	-	(247) 11	(247) 11
Em 31 de março de 2020 (não auditado)		1.265	1.265
Adições	48.747	364	49.111
Remensurações	(991)	469	(522)
Em 31 de março de 2021	47.756	2.098	49.854
Amortização acumulada:			
Em 31 de março de 2019 (não auditado)		<u> </u>	
Amortização no exercício	<u></u>	(218)	(218)
Em 31 de março de 2020 (não auditado)		(218)	(218)
Amortização no exercício	(2.051)	(438)	(2.489)
Em 31 de março de 2021	(2.051)	(656)	(2.707)
Valor residual			
Em 31 de março de 2021 Em 31 de março de 2020 (não auditado)	45.705	1.442 1.047	47.147 1.047

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

			Consolidado
	Imóveis	Veículos	Total
Custo: Em 31 de março de 2019 (não auditado)			
Adoção inicial da IFRS 16 (CPC 06 (R2))		595	595
Em 1° de abril de 2019 Adições Baixas		595 1.779 (467)	595 1.779 (467)
Remensurações		190	190
Em 31 de março de 2020 (não auditado)		2.097	2.097
Adições Remensurações	48.747 (991)	364 668	49.111 (323)
Em 31 de março de 2021	47.756	3.129	50.885
Amortização acumulada:			
Em 31 de março de 2019 (não auditado)		<u> </u>	-
Amortização no exercício		(403)	(403)
Em 31 de março de 2020 (não auditado)		(403)	(403)
Amortização no exercício	(2.051)	(704)	(2.755)
Em 31 de março de 2021	(2.051)	(1.107)	(3.158)
Valor residual Em 31 de março de 2021 Em 31 de março de 2020 (não auditado)	45.705	2.022 1.694	47.727 1.694

8.2. Passivo de arrendamento

Em 31 de março de 2021 e 2020, o passivo de arrendamento é devido, como segue:

		Controladora
	2021	2020 (não auditado)
Saldo inicial	1.102	
Adoção inicial da IFRS 16 (CPC 06 (R2)		387
Adições	48.845	1.114
Baixas	-	(253)
Remensurações	(257)	11
Pagamentos	(1.383)	(181)
Juros	1.355	24
Saldo final	49.662	1.102
Circulante	(4.268)	(432)
Não circulante	45.394	670

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado
	2021	2020 (não auditado)
		(nao auditado)
Saldo inicial	1.782	
Adoção inicial da IFRS 16 (CPC 06 (R2))		595
Adições	48.845	1.779
Baixas	-	(479)
Remensurações	(52)	190
Pagamentos	(1.534)	(347)
Juros	1.392	44
Saldo final	50.433	1.782
Circulante	(4.709)	(698)
Não circulante	45.724	1.084

9. Imobilizado

				Controladora
	Móveis, utensílios, máquina e equipamentos	Edifícios e benfeitorias	Obras em andamento	Total
Custo: Em 31 de março de 2019 (não auditado)	1.773	97	2.557	4.427
Adições Baixas Transferências para o intangível	(943) 61	- - -	1.029	1.029 (943) (2.488)
Em 31 de março de 2020 (não auditado)	891	97	1.037	2.025
Adições Baixas Transferências para o intangível	(71) 194	753	46.690 - (1.042)	46.690 (71) (95)
Em 31 de março de 2021	1.014	850	46.685	48.549
Depreciação acumulada: Em 31 de março de 2019 (não auditado)	(348)	<u> </u>	<u> </u>	(348)
Depreciação no exercício Baixas	(172) 106	<u> </u>	<u>-</u>	(172) 106
Em 31 de março de 2020 (não auditado)	(414)	<u> </u>	<u> </u>	(414)
Depreciação no exercício	(168)	(68)		(236)
Em 31 de março de 2021	(582)	(68)		(650)
Valor residual líquido: Em 31 de março de 2021 Em 31 de março de 2020	432 477	782 97	46.685 1.037	47.899 1.611

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

				Consolidado
	Móveis, utensílios, máquina e equipamentos	Edifícios e benfeitorias	Obras em andamento	Total
Custo: Em 31 de março de 2019 (não auditado)	2.163	197	2.557	4.917
Adições Baixas Transferências para o intangível	(1.050)	- - -	1.029 (2.519)	1.029 (1.050) (2.488)
Em 31 de março de 2020 (não auditado)	1.144	197	1.067	2.408
Adições Baixas Transferências para o intangível	(71) 194	- - 753	46.690 - (1.042)	46.690 (71) (95)
Em 31 de março de 2021	1.267	950	46.715	48.932
Depreciação acumulada: Em 31 de março de 2019 (não auditado)	(563)	(5)		(568)
Depreciação no exercício Baixas	(192) 106	(1)	<u>-</u>	(193) 106
Em 31 de março de 2020 (não auditado)	(649)	(6)		(655)
Depreciação no exercício	(177)	(73)	<u>-</u>	(250)
Em 31 de março de 2021	(826)	(79)	<u> </u>	(905)
Valor residual líquido: Em 31 de março de 2021 Em 31 de março de 2020	441 495	871 191	46.715 1.067	48.027 1.753

Em março de 2021 e 2020, não existem bens dados em garantia.

Os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração concluiu que, em 31 de março de 2021, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados e intangível.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível - Software

	Controladora e Consolidado
Custo: Em 31 de março de 2019 (não auditado)	8.595
Adições Transferências do imobilizado	1.575 2.488
Em 31 de março de 2020 (não auditado)	12.658
Adições Transferências do imobilizado	1.635 95
Em 31 de março de 2021	14.388
Amortização acumulada: Em 31 de março de 2019 (não auditado)	(192)
Amortização no exercício	(1.314)
Em 31 de março de 2020 (não auditado)	(1.506)
Amortização no exercício	(1.837)
Em 31 de março de 2021	(3.343)
Valor residual líquido: Em 31 de março de 2021 Em 31 de março de 2020	11.045 11.152

11. Fornecedores e contas a pagar

		Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021	2020
	2021	(não auditado)	2021	(não auditado)
Fornecedores	8.030	755	8.115	693
Outras contas a pagar (i)	20.327	3.855	20.358	3.862
	28.357	4.610	28.473	4.555

(i) Refere-se substancialmente a compra a prazo de ativo imobilizado.

Os passivos financeiros acima referidos são geralmente liquidados em prazos de 60 dias.

12. Adiantamentos para abertura de lojas

Refere-se a recursos decorrentes de taxa de franquia (*startup fee*) de novas lojas. Referidos recursos são destinados, substancialmente, para cobertura de gastos tais como: projeto executivo, engenharia, *layouts* e treinamentos em geral aos franqueados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2021 e 2020 a Companhia apresenta saldos no passivo circulante referente a adiantamentos para abertura de lojas no montante de R\$ 2.279 (R\$ 989 em 2020, não auditado) na controladora e R\$ 4.838 (R\$ 5.252 em 2020, não auditado) no consolidado.

13. Ordenados e salários a pagar

		Controladora		Consolidado		
	2020			2020		
	2021	(não auditado)	2021	(não auditado)		
Provisão para participação nos resultados	7.892	4.339	8.200	4.912		
Provisão para férias	3.739	1.557	4.062	1.877		
Encargos sociais	1.551	1.183	1.585	1.400		
Outros	305	468	351	532		
	13.487	7.547	14.198	8.721		

14. Imposto sobre a renda e contribuição social

14.1. Reconciliação da receita (despesa) de imposto sobre a renda e contribuição social

	Controladora			Consolidado	
_		2020		2020	
_	2021	(não auditado)	2021	(não auditado)	
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	11.185	87.753	19.029	95.524	
Imposto sobre a renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(3.803)	(29.836)	(6.470)	(32.478)	
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Equivalência patrimonial	8.538	9.773	-	-	
Diferença de alíquota entre lucro presumido e lucro real	_	-	4.363	5.795	
Outros	128	69	946	1.018	
Receita (despesa) de imposto sobre a renda e contribuição social	4.863	(19.994)	(1.161)	(25.665)	
Corrente	(3.297)	(19.434)	(9.321)	(25.105)	
Diferido <u> </u>	8.160	(560)	8.160	(560)	
Taxa efetiva	(43%)	23%	6%	27%	

14.2. Imposto sobre a renda e contribuição social diferido ativo

			_	Controladora	e Consolidado
				2021	2020 (não auditado)
Ativo	Base	IRPJ	CSLL	Total	Total
Prejuízo fiscal e base negativa	12.054	3.013	1.085	4.098	-
Diferenças temporárias:					
Remuneração e benefícios variáveis a funcionários	7.959	1.990	716	2.706	1.234
Passivo de arrendamento e direito de uso	1.982	496	178	674	3
Provisões e outras diferenças temporárias	3.894	974	350	1.324	(595)
Tributos diferidos ativo	25.889	6.473	2.329	8.802	642

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

14.3. Movimentação líquida dos tributos diferidos ativo

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de março de 2019 (não auditado)	1.202
Débito no resultado	(560)
Saldo em 31 de março de 2020 (não auditado)	642
Crédito no resultado	8.160
Saldo em 31 de março de 2021	8.802

14.4. Realização dos ativos fiscais diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, ativos não são reconhecidos. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém a utilização desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de ativos fiscais diferidos:

	Controladora e Consolidado
2022	3.870
2023	159
2024	190
2025	58
2026	52
2026 em diante	4.473
Total	8.802

15. Tributos a pagar

		Controladora		Consolidado
	2021	31.03.2020 (não auditado)	2021	31.03.2020 (não auditado)
COFINS	-	2.993	571	3.034
ISS	791	87	893	227
INSS	483	29	483	29
PIS	-	647	84	656
Impostos retidos na fonte	240	-	240	-
ICMS	120	-	120	-
Outros	299	87	611	87
				·
	1.933	3.843	3.002	4.033

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

16. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem saldos de provisão para processos judiciais, de acordo com as classificações de riscos dos assessores jurídicos, provisionando apenas as que estão classificadas como perdas prováveis.

Em 31 de março de 2021 e 2020, há um processo de natureza trabalhista classificado como possível pelos assessores jurídico da Companhia no montante de R\$ 371 (R\$ 368 em 2020, não auditado).

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 31 de março de 2021 e 2020, o capital social da Companhia está representado como segue:

Ações ordinárias (em unidades)	2021	2020 (não auditado)
RCSA FEMCO	17.837.878 17.837.878	17.837.878 17.837.878
Total de ações	35.675.756	35.675.756
Valor do capital social	351.406	351.406

Conforme mencionado na Nota 1, no âmbito da formação da *joint venture*, em AGE realizada em 31 de outubro de 2019, a Raízen aprovou o aumento de capital social da Companhia em moeda corrente, no montante de R\$ 323.928, totalmente subscritos e integralizados pela FEMCO, mediante a emissão de 8.198.159 novas ações ordinárias.

17.2. Dividendos a pagar

Em AGE realizada em 13 de agosto de 2019, as acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos, a partir da conta de reservas de lucros acumulados até 31 de março de 2019, no montante de R\$ 20.552. Nesta mesma AGE, foram aprovados dividendos intercalares referentes ao lucro líquido acumulado e apurado entre 1º de abril a 30 de junho de 2019, no montante de R\$ 13.918. Os referidos dividendos foram integralmente pagos em 29 de agosto de 2019.

Em AGE realizada em 18 de outubro de 2019, as acionistas da Companhia aprovaram dividendos intercalares referentes ao lucro líquido acumulado e apurado entre 1º de julho a 30 de setembro de 2019, no montante de R\$ 8.571, integralmente pagos em 28 de outubro de 2019.

Em AGE realizada em 28 de outubro de 2020, as acionistas da Companhia aprovaram pela não destinação de dividendos no valor de R\$ 9.697 provisionados sobre o lucro líquido apurado em 31 de março de 2020, o qual foi integralmente revertido para a conta de reserva de lucro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

17.3. Movimentação dos dividendos a pagar

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e Lei das Sociedades por Ações, os valores de reserva legal e dos dividendos, para o exercício findo em 31 de março 2021 e 2020, foram determinadas como segue:

	2021	2020 (não auditado)
Lucro líquido do exercício Destinação para reserva legal	16.048 (802)	67.759 (3.388)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	15.246	64.371
Dividendo mínimo obrigatório – 50% (1)	7.623	32.186
(-) Dividendos intercalares - AGE 13/08/19(-) Dividendos intercalares - AGE 18/10/19		(13.918) (8.571)
Total de dividendos provisionados na Controladora	7.623	9.697

(1) Conforme estabelecido no artigo 202 – Item I das Lei das Sociedades por Ações.

A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de março de 2019 (não auditado)		<u> </u>
Dividendos de exercícios anteriores	20.552	22.528
Dividendos do exercício	32.186	32.186
Pagamentos	(43.041)	(45.017)
Saldo em 31 de março de 2020 (não auditado)	9.697	9.697
Dividendos do exercício	7.623	7.640
Reversão de dividendos	(9.697)	(9.697)
Saldo em 31 de março de 2021	7.623	7.640

17.4. Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

(ii) Reserva para retenção de lucros

Refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações para a constituição da reserva legal e provisionamento dos dividendos mínimos obrigatórios, que foi apropriado à rubrica Reserva para retenção de lucros até que sua destinação definitiva seja aprovada na Assembleia Geral Ordinária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo de lucros básico e diluído por ação para o exercício findo em 31 de março de 2021 e 2020 (em milhares, exceto valores por ação):

Básico e diluído

	2021	2020 (não auditado)
Numerador		
Lucro líquido do exercício	16.048	67.759
Lucro disponível aos acionistas ordinários	16.048	67.759
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias (em milhares)	35.676	30.892
Lucro básico e diluído por ação ordinária (reais por ação)	0,45	2,19

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e diluído por ação é equivalente.

18. Receita operacional líquida

A desagregação da receita bruta da Companhia é como segue:

		Controladora		Consolidado
		2020		2020
	2021	(não auditado)	2021	(não auditado)
Receita bruta				
Merchandising e outros	39.677	60.454	64.905	77.397
Fundo de <i>marketing</i>	16.268	25.458	33.589	35.250
Royalties	30.569	32.637	57.337	62.332
Venda de produto	4.696		4.696	
Total receita bruta	91.210	118.549	160.527	174.979
Impostos e deduções	(9.372)	(11.683)	(12.838)	(14.439)
Receita operacional líquida	81.838	106.866	147.689	160.540

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

19. Custos e despesas com lojas

Reconciliação dos custos e despesas com lojas

Os custos e despesas são demonstrados no resultado por função. A reconciliação do resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de março de 2021 e 2020 está detalhada como segue:

		Controladora		Consolidado
		2020		2020
	2021	(não auditado)	2021	(não auditado)
Despesas com pessoal	(48.061)	(17.484)	(61.496)	(25.389)
Despesas com fundo de <i>marketing</i>	(18.530)	(24.350)	(33.590)	(33.919)
Mão-de-obra contratada	(10.897)	(2.933)	(10.915)	(2.949)
Rateio de serviços compartilhados	(5.001)	(2.040)	(5.716)	(2.590)
Depreciação e amortização	(4.562)	(1.703)	(4.842)	(1.910)
Mercadorias para revenda	(3.209)	-	(3.209)	-
Despesas de viagens	(2.558)	(1.352)	(3.092)	(2.286)
Despesas comerciais	(160)	(2.548)	(3.796)	(2.484)
Outros	(9.521)	(3.567)	(9.839)	(4.150)
	(102.499)	(55.977)	(136.495)	(75.677)
Classificadas como:				
Custos das mercadorias vendidas	(27.420)	(24.350)	(42.480)	(33.919)
Despesas com vendas	(4.920)	(13.239)	(8.560)	(13.193)
Despesas gerais e administrativas	(70.159)	(18.388)	(85.455)	(28.565)
		_		
	(102.499)	(55.977)	(136.495)	(75.677)

20. Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado
	2021	2020 (não auditado)	2021	2020 (não auditado)
Despesas financeiras				
Juros de passivo de arrendamento (Nota 8.2)	(1.355)	(24)	(1.392)	(44)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(430)	(331)	(430)	(326)
Outros	(33)		(33)	
	(1.818)	(355)	(1.855)	(370)
Receitas financeiras				
Remuneração da gestão de recursos financeiros (Nota 6.2)	-	566	-	1.247
Rendimentos das aplicações financeiras	8.444	5.921	8.931	6.087
Encargos do contas a receber e outros	854	753	1.387	1.594
	9.298	7.240	10.318	8.928
Variações cambiais, líquida	(130)	(20)	(130)	(20)
-	7.350	6.865	8.333	8.538

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

21. Instrumentos financeiros

21.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de suas operações, os quais são equalizadas e administradas por meio de determinados instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de taxa de juros

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

21.2. Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui políticas específicas de tesouraria que definem como deve ser feito o gerenciamento de risco.

A Companhia está exposta a riscos de mercado, sendo o principal as oscilações das taxas de juros.

21.3. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos. A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração da Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa está distribuído entre os principais bancos nacionais e internacionais, considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como grau de investimento.

21.4. Risco de liquidez (Consolidado)

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Como parte do processo de gerenciamento de liquidez, a Administração prepara planos de negócios e monitora sua execução, discutindo riscos positivos e negativos de fluxo de caixa e avaliando a disponibilidade de recursos financeiros para suportar suas operações, investimentos e necessidades de refinanciamento.

A tabela a seguir demonstra os principais passivos financeiros contratados por faixas de vencimentos:

					2021	2020 (não auditado)
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Fornecedores e contas a pagar Passivo de arrendamento Partes relacionadas	28.473 7.766 991	8.929 -	20.437	35.459	28.473 72.591 991	4.555 1.841 5.222
	37.230	8.929	20.437	35.459	102.055	11.618

21.5. Valor justo (Consolidado)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas de curto prazo se aproxima de seus respectivos valores contábeis. O valor justo de ativos e passivos financeiros de longo prazo não difere significativamente de seu valor contábil. As categorias dos principais instrumentos financeiros são assim apresentadas:

		Valor de contá	bil e de mercado
	Classificação	2021	2020 (não auditado)
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras (Nota 3)	Custo amortizado	913	2.599
Aplicações financeiras (Nota 3)	Valor justo por meio do resultado	387.744	383.221
Contas a receber de clientes (Nota 4)	Custo amortizado	15.498	26.002
Partes relacionadas (Nota 6)	Custo amortizado	827	5.753
		404.982	417.575
Passivos financeiros			
Fornecedores e contas pagar (Nota 11)	Custo amortizado	(28.473)	(4.555)
Partes relacionadas (Nota 6)	Custo amortizado	(991)	(5.222)
		(29.464)	(9.777)

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

• Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia avalia a valor justo as aplicações financeiras pelo nível 2 da hierarquia do valor justo.

21.6. Análise de sensibilidade (Consolidado)

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade do valor justo dos instrumentos financeiros de acordo com os tipos de risco considerados relevantes pela Companhia.

Premissas para a análise de sensibilidade

A Companhia adotou para a análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam apresentar efeitos adversos no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário provável foi definido a partir da taxa de juros em 31 de março de 2021, sendo que os valores apresentados correspondem ao valor justo nas datas mencionadas. Os cenários adversos possíveis e remotos foram definidos considerando impactos de 25% e 50% sobre as taxas de juros, que foram calculados com base no cenário provável.

Quadros de sensibilidade

(1) Sensibilidade nas taxas de juros

Em 31 de março de 2021, o cenário provável considera para aplicações financeiras, basicamente, o CDI acumulado dos últimos 12 meses de 2,21%. Em ambos os casos, foram realizadas simulações com aumento e redução de 25% e 50%. Os resultados consolidados dessa sensibilidade estão apresentados a seguir:

				Sensibilidade da	taxa de juros
	Cenário provável	Cenário possível +25%	Cenário possível +50%	Cenário remoto -25%	Cenário remoto -50%
Aplicações financeiras	8.469	2.117	4.235	(2.117)	(4.235)
Impacto adicional no resultado do exercício	8.469	2.117	4.235	(2.117)	(4.235)

22. Plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios a empregados

(a) Fundo de pensão

Contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de plano de contribuição variável ("RaizPrev - Entidade de Previdência Privada"), que é uma Entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, tendo como Patrocinadoras as seguintes empresas: Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A.; Raízen Mime Conveniências Ltda. e Raízen Sabbá Conveniências S.A..

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

A Entidade é dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, cuja parcela de risco refere-se ao pagamento de benefício mínimo e a integralização das contribuições futuras nos benefícios de pensão por morte do ativo e aposentadoria por invalidez. Os principais riscos estão associados a rotatividade inferior ou superior à esperada, crescimento salarial acima do esperado e rentabilidade do patrimônio do fundo de pensão abaixo do esperado.

A Companhia não possui obrigações legais ou construtivas para contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano não tenha ativos suficientes para o pagamento de todos os benefícios ou eventual ocorrência de déficit.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2021, o montante de contribuição reconhecido como despesa pela Companhia e suas controladas foi de R\$ 636 (R\$ 224 em 2020, não auditado).

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em consideração metas previamente definidas aos funcionários. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que tenha criado uma obrigação não formalizada.

* * *